

UNESCO

Conferência Mundial de Ensino Superior 2022 (WHEC2022), "Reformular os ideais e as práticas do Ensino Superior para garantir o desenvolvimento sustentável do planeta e da humanidade"

UNIÃO DE UNIVERSIDADES DA AMÉRICA LATINA E O CARIBE (UDUAL)¹

Apresentação

Com vistas à convocatória lançada pela UNESCO na Conferência Mundial do Ensino Superior 2022 (WHEC2022), que leva o dito: "Reformular os ideais e as práticas do Ensino Superior para garantir o desenvolvimento sustentável do planeta e da humanidade", a União de Universidades da América Latina e o Caribe (UDUAL) apresenta seu ponto de vista ao redor da situação atual do

¹ As primeiras versões do documento foram elaboradas por uma comissão de reitores, nomeada pelo Conselho Executivo da UDUAL, coordenada pelo reitor da Universidade da República, Rodrigo Arim, e a reitora da Universidade de La Habana, Miriam Nicado. Participaram em essa comissão Rossana Valéria de Souza e Silva, diretora executiva do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB); T. Flores da Universidade Tecnológica Metropolitana, Chile; e A. Sánchez da Universidade Autónoma de Sinaloa, México. O documento enriqueceu-se com contribuições realizadas por destacados universitários reunidos em sessões de trabalho seguindo os cinco temas centrais propostos pela UNESCO. Na primeira sessão, referida aos Modelos visionários de aprendizagem no Ensino Superior, participaram: M. Guerrero da Universidade da Sabana, Colômbia; M. Morocho da Universidade Técnica Particular de Loja, Equador e F. Cervantes, ex-reitor da Universidade Internacional de La Rioja, sede México. Na segunda sessão referida às prioridades e oportunidades para 2030-2040, participaram: A. L. Gazzola do Grupo Kairós; M. Knobel ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas, Brasil, e F. Tamarit, ex-reitor da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. Na terceira sessão, referida às novas comunidades de aprendizagem para toda a vida, participaram: D. Mato da Universidade Nacional de Três de Fevereiro, Argentina; M.A. Hermida, reitora da Universidade de Cuenca, Equador, e D. Fernández, secretário executivo da AUSJAL. Na quarta sessão, referida ao mapa de rota para a nova etapa do Ensino Superior, participaram: D. Montoya, presidenta da UDUAL e reitora da Universidad Nacional de Colômbia; H. Jensen, ex-presidente da UDUAL e ex-reitor da Universidade de Costa Rica; H. Vant'Land e G. Marinori da IAU; E. Vera da Universidade de Chile e C. Hernández da Universidade Nacional da Colômbia. Na quinta sessão, referida ao papel dos jovens na universidade do futuro, participaram: D. Gálvez da Universidade Autónoma de Guerrero, México; M. Mora da Universidade Nacional de Colômbia; J. Piña del IPN, México; A. Cisneros da Universidade Autónoma de Guerrero, México, e L. Vázquez, professora da UNAM, México. Em todas as sessões participaram pela UDUAL seu secretário geral, R. Escalante e O. Delgado.

Ensino Superior na região da América Latina e o Caribe, considerando as propostas.

A perspectiva tem o propósito de colocar na mesa da Conferência Mundial a nossa posição, e, também, e ainda mais importante, se propõe nas universidades da América Latina e o Caribe uma rota para lutar em equipe por um futuro que apresenta muitas dificuldades, limitações, desafios e oportunidades.

O texto está formado por quatro partes: a primeira apresenta nossa situação perante os cinco grandes temas propostos à UNESCO para debater na Conferência Mundial. Na segunda observa-se a perspectiva econômica, social e de Ensino Superior na região e apresenta o trajeto do trabalho da UDUAL. Na terceira parte se fala dos riscos que precisam se superar para encarar o melhor possível o futuro do Ensino Superior na América Latina e o Caribe. Na quarta parte se fala em várias propostas que, de acordo com o juízo da UDUAL, dariam possibilidade de melhorar a situação do Ensino Superior na nossa região.

1. O convite da UNESCO à Conferência Mundial, Barcelona 2022

O Ensino Superior no mundo inteiro se tem alterado profundamente pela pandemia que, é preciso lembrar, surgiu em um momento no qual existia na sua vez uma crise sistêmica derivada do modelo de civilização excludente e predador, que afetava de diferentes formas nossas universidades. As universidades do mundo precisamos de fechar os campus para prevenir a expansão da doença nas nossas comunidades. Se afetaram as atividades de formação na pré-graduação e graduação, as atividades de pesquisa nos diversos âmbitos do conhecimento, assim como da administração universitária. Os espaços de gestão administrativa tiveram, na sua vez, de ser levados à internet, atrasando atividades essenciais da vida universitária. Além, afetaram-se os trabalhos nos quais as nossas comunidades se tinham comprometido com o que precisava. Teve de se modificar também a governabilidade universitária, adequando-se à nova situação.

A pandemia não acabou ainda. A volta das atividades presenciais nas nossas universidades tem sido muito devagar e em diferentes modalidades. É claro que não é possível voltar às salas de aula, laboratórios, espaços administrativos, estádios ou teatros, e fazer a mesma coisa que fizemos antes da pandemia. Pode ser que a perda seja significativa, ainda que, na sua vez, se terão grandes ganhos. A verdade é que a universidade da América Latina e o Caribe na pós-pandemia vai ser diferente à da pré-pandemia.

Em essa complexa situação, a UNESCO tem convidado à Conferência Mundial do Ensino Superior 2022 (WHEC2022, pelas siglas em inglês) a celebrar-se em Barcelona do dia 18 ao 20 de maio de 2022. O lema da Conferência é: “Reformulando ideias e práticas no Ensino Superior para garantir o desenvolvimento sustentável do planeta e da humanidade”, o que aumenta a importante formulação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo explícito de “não deixar atrás ninguém”.

A Conferência Mundial propõe cinco metas: deixar entrar modelos visionários, criativos e inovadores de aprendizagem em níveis superiores; delinhar as prioridades e oportunidades para a próxima década; prever e preparar aos jovens para cumprir seu papel na sociedade do futuro; pavimentar o caminho da aprendizagem para as próximas comunidades que seja incluída e onde se desenvolva a vida toda; definir e preparar o mapa da rota para uma nova etapa dos sistemas de Ensino Superior.

A partir das cinco metas propõem-se 10 temas principais para a Conferência: 1] Impacto da Covid 19 no Ensino Superior (ES); 2] ES e objetivos para o desenvolvimento sustentável; 3] Inclusão no ES; 4] Qualidade e relevância dos programas; 5] Mobilidade acadêmica no ES; 6] Governança no ES; 7] Custeamento no ES; 8] Produção de informação e conhecimento; 9] Cooperação internacional e fortalecimento de sinergias; 10] Preparando o futuro da aprendizagem no ES. A UNESCO propõe que a Conferência Mundial defina a rota que precisa seguir o Ensino Superior no mundo e ajudar a que a formação superior produza um futuro sustentável.

Os temas no geral são relevantes, mas é preciso falar nas preocupações centrais das universidades da América Latina e o Caribe (ALC). Por isso, para cada uma das cinco metas propostas incorporamos o que, na nossa opinião, mais interessa às universidades da América Latina e o Caribe. A reflexão inclui uma visão partilhada por universitários de todas as regiões que constituem a América Latina e o Caribe, assim como a das universidades, redes de universidades, organismos de cooperação e redes temáticas que formam a União de Universidades da América Latina e o Caribe (UDUAL).

I] Modelos visionários de aprendizagem no Ensino Superior

É preciso começar reconhecendo que toda reflexão sobre as aprendizagens futuras deve propôr que o Ensino Superior (ES) seja para todos e para a vida toda. Os novos modelos de ensino e pega de informação pedem aprendizagem dos que aprendem e também dos que ensinam. Em esse processo, acelerado pela pandemia, se tem proposto, a partir de diferentes perspectivas, a construção da comunidade cibernética da aprendizagem, que compreende que as novas tecnologias, entre as que destacam a inteligência artificial, são importantes. No entanto, as novas tecnologias não necessariamente cumprem os propósitos que tinha proposto o ES na nossa região, particularmente nos países com mais atrasos. A proposta, que reconhece as tendências globais que existem, precisa adaptar-se aos contextos, necessidades e propósitos do Sul, particularmente de ALC.

Um assunto inevitável é que essas tecnologias e os novos modelos de ensino que se propõem precisam ser incluintes, o que obriga incorporar conteúdos pedagógicos e sociais que transcendem o simplesmente tecnológico. Por isso, é preciso propor que o acesso à internet navegando em banda larga, junto com os dispositivos electrónicos que os estudantes e professores necessitam em essas modalidades, precisam converter-se em bens públicos globais. Se fora possível partir de aqui, os requerimentos para o custeamento dos novos modelos de ensino seriam reduzidos significativamente, o que entraria no orçamento de praticamente todos os governos nacionais.

É essencial aprender as lições que a pandemia deixou. Primeiro, aceitar que se teve um antes e um agora: a generalização global do trabalho desde casa, que tem aprofundado a importante distância digital, a aparição de problemas importantes de saúde mental, assim como a adoção devagar de modelos híbridos, apontam dificuldades que é preciso enfrentar. Esses temas, e claro que mais outros, precisamos atendê-los na sua dimensão específica. A redução da distância digital constitui um trabalho urgente, no tempo que os desafios da saúde mental têm de ser analisados nas suas novas características para que seja possível encará-los adequadamente. Os modelos híbridos precisam potencializar-se na perspectiva correta na que vão se manter por muito tempo.

Um outro trabalho urgente é compreender que o perfil do graduado de todos os programas de formação de pré-graduação e graduação tem mudado em resposta aos novos entornos tecnológicos, às mudanças nas pautas de convivência social e aos funcionamentos das organizações da sociedade civil do âmbito privado ou do espaço público. Têm aparecido novas habilidades que podem ser importantes nas áreas de trabalho que também são emergentes. Os novos modelos pedagógicos derivados da aprendizagem pela internet têm de se potencializar, aproveitando as lições positivas do confinamento. Entre as mudanças que é possível incluir está reduzir a duração dos cursos, a introdução de pedagogias baseadas no maior aproveitamento do tempo de interação entre professores e estudantes, assim como uma maior ênfase no trabalho autônomo dos alunos. A virtualidade propõe, entre outras opções, cursos mais curtos orientados a competências relevantes nas novas condições, de modo que para os graduados seja possível inserir-se melhor nos mercados de trabalho. Além, essas novas pedagogias permitem um aproveitamento eficiente dos espaços o que, no seu turno, têm efeitos positivos no aumento da cobertura, tema que precisa ser atendido em ALC.

Todas as áreas que foram mencionadas são relevantes para pensar inovações que potencializem a capacidade do Ensino Superior para melhorar o desempenho de trabalho dos nossos cidadãos ao longo do ciclo da vida. No entanto, existem

riscos e ameaças reducionistas que ligam o ensino como provedor exclusivo de capacidades relacionadas ao espaço produtivo. Por definição e construção, o Ensino Superior precisa manter vidas mais ricas e capacidades expandidas, começar diferentes projetos vitais reconhecendo a diversidade humana no mais grande sentido. Em esse plano, as ferramentas de democratização que chegaram da tecnologia e foram herdadas da experiência da Covid-19, precisam fazer-se para permitir o acesso aos padrões de formação geral, diversa e cosmopolita que amplifique os horizontes dos nossos jovens e contribua na construção de sociedades culturalmente mais ricas e diversas. O Ensino Superior e as inovações que operam em elas estão no serviço do bem-estar geral, incluindo a dimensão do trabalho, mas sem tocar esquemas reducionistas.

Na sua vez, as plataformas tecnológicas e a virtualidade não são um substituto da presencialidade, da construção comunitária e da identidade própria da experiência universitária, do desfrute e da aprendizagem no intercâmbio e no encontro, do diálogo fluido entre alunos, e alunos e professores. Ser conscientes que o Ensino Superior está e precisa seguir transformando-se, e não significa assumir que a presencialidade resulte uma dimensão obsoleta. Assim como em termos de disciplina, onde se têm espaços de formação não transferíveis sem altos custos na virtualidade – a formação clínica, a interação com sistemas biológicos, as práticas de laboratórios, a criação artística e cultural -, como em termos comunitários, a questão não é como é possível continuar o processo na digitalização, senão como direcionamos as atividades presenciais para dotá-las de um sentido mais profundo e inovador, permitindo que a tecnologia seja uma ferramenta democratizadora sem abandonar os aspectos sociais envolvidos em pertencer a uma comunidade de aprendizagem e pesquisa.

Em resumo, junto com os aspectos tecnológicos, é indispensável considerar outros elementos na aprendizagem que são mais de conceptualização e de caráter pedagógico. Aspectos que impulsionam uma aprendizagem de colaboração, um ensino mais construtivista, mais criativo, orientado à pesquisa e, no possível, ao trabalho sobre problemas do contexto. Reconhecemos a importância das

inovações tecnológicas, mas apontamos que é preciso ajudar-se de elementos pedagógicos modernos. Por essa razão, a proposta é a necessidade da inovação tecnológica acompanhada da inovação social.

Da mesma forma é preciso reexaminar o conceito da qualidade do Ensino Superior. Os critérios atuais para certificar a qualidade correspondem à forma na que se faziam as gestões nos diferentes processos do governo universitário e das funções substantivas no marco dos seus objetivos na missão. A universidade pós-pandemia é diferente a da pré-pandemia em assuntos centrais que precisam incluir-se em novos critérios de avaliação, consistentes com o perfil do graduado que se tem proposto. Em essa mesma ordem de ideias, a internacionalização nos diversos aspectos que a constituem tem de reexaminar globalmente, falando com novos modelos de aprendizagem que estão na procura de processos de colaboração no nível global. As experiências que vivimos têm sido relevo para a importância dos resultados, já não só dos processos. O enfoque dos resultados precisa aproveitar-se para lograr a adaptação às novas condições nas que vão funcionar as universidades nos seguintes anos.

É normal, no propósito da qualidade, que cresça a preocupação pelo impacto social das instituições e dos seus programas acadêmicos. As universidades da América Latina e o Caribe temos a responsabilidade inevitável com as sociedades às que pertencemos; é preciso incluir a compreensão e a solução dos problemas nacionais e regionais com as ferramentas da academia. Nossas pesquisas, nossos trabalhos de extensão e as ações dos nossos alunos e graduados precisam ter um impacto na melhora das condições de vida e do trabalho das comunidades com as que interagimos. Pôr a ênfase no impacto não quer dizer debilitar as ciências básicas e as humanidades, que oferecem um suporte para a perspectiva crítica que precisamos assumir. Também não se trata de desconhecer a importância dos vínculos com as comunidades acadêmicas internacionais. O importante é ser conscientes de que nossas ações precisam de estar alinhadas com as necessidades sociais e com nossos valores e propósitos.

II] Prioridades e oportunidades na perspectiva 2030

Quando se fala em oportunidades de alguns setores remite-se aos investimentos no propósito de se incorporar a mercados rentáveis. Nós na América Latina e o Caribe, no entanto, propomos que as oportunidades referam as possibilidades de ensino, novos e mais grandes processos de formação, as diferentes maneiras de entrar com solidariedade nas sociedades nas que estão as nossas instituições. Esse é o marco no qual falamos nas mudanças da revolução tecnológica que impactam o Ensino Superior. Essas mudanças, além, lembram problemas estruturais não superados: a falta de equidade que cresce em uma região marcadamente desigual, nós de atraso, baixa qualidade no Ensino Básico, uma cobertura muito reduzida no Ensino Superior, e grandes níveis de abandono. Não se trata, por isso, só de procurar soluções tecnológicas. Trata-se de incluir a noção de que os problemas do Ensino Superior estão muito ligados às dificuldades sociais de caráter estrutural com as que temos lutado durante muito tempo. Além, é preciso encarar esses desafios com sistemas universitários muito diferentes, e precisamos perguntar se fizemos o necessário para aproveitar as lições que a pandemia propôs no Ensino Superior.

Em outro aspecto, algumas universidades da nossa região trabalham para a lógica do mercado, o que precisa falar de que os governos frequentemente não acompanham às universidades nos seus propósitos de construção de um tecido social cooperativo, incluínte, solidário e sustentável. As universidades precisamos contribuir na transformação da matriz produtiva, mas precisamos fazê-lo encarando contradições nos diversos frentes. Ao mesmo tempo, convém falar novamente de que na América Latina se tem demonstrado uma capacidade de comunicação consistente com as trajetórias históricas partilhadas. Essa condição facilita desenhar uma política universitária para a região, na qual a participação do governo é apropriada.

A política precisa estar baseada no princípio da autonomia universitária fundada na compreensão de que as universidades produzem e se apropriam de conhecimentos que são úteis e importantes para o conjunto da sociedade e para

a humanidade, e que, por tanto, não pode se limitar por um governo ou uma ideologia particular. Em esse sentido trata-se de defender o interesse geral, o público, por cima do interesse privado de uma pessoa ou grupo.

As universidades públicas, em particular, dependem da contribuição económica do Estado e devem contar com esse apoio que é, no final, o do conjunto da sociedade. A contribuição que precisa o ES para seu funcionamento e desenvolvimento deve estar assegurada em uma política de Estado; não pode depender de quem, em um momento determinado, exerce o governo. A política do Ensino Superior no geral e o acesso das universidades públicas aos orçamentos que necessitam, precisam de ter estabilidade e melhoramento contínuo para garantir o direito dos cidadãos a entrar num Ensino Superior de qualidade.

Essa política universitária precisa ir verdadeiramente na conformação de um sistema universitário comum na América Latina e o Caribe, que poderia começar com aulas sobre essas regiões ensinadas por professores partilhados, em uma perspectiva na qual poderíamos aproximar-nos em cursos mais curtos e programas de pré-graduação mais generalistas que permitam grandes intercâmbios de alunos e professores. Ainda que essa estratégia pareça uma cópia do plano da Bolonia, não é na medida na que, no centro da formação, têm de estar os propósitos de vinculação com a realidade da região e o compromisso de construir sociedades mais incluídas e equitativas. Em ALC precisamos avançar e criar espaços inter-universitários em diferentes países da região nos que se considerem as capacidades científicas, tecnológicas, inovadoras e de vinculação para oferecer o nosso processo de integração regional.

A universidade do futuro não pode se propor no geral. É preciso fazê-lo desde a perspectiva dos países do sul, especificamente os de ALC. Por isso, nos afastamos das visões predominantes nas que, no nosso parecer, o essencial é aproximar as distâncias digitais, avançando na solução de problemas estruturais centrados na inclusão. As universidades da América Latina ganharam

importância durante a pandemia, o que nos permite propor à sociedade uma agenda de transformações estruturais necessárias para lograr o bem de todos.

Como apontamos, os sistemas universitários da nossa região são muito heterogêneos, de maneira que não é possível que todas as universidades estejam incluídas em uma estratégia comum. Por essa razão, achamos necessário propor uma estratégia diferenciada, que trabalhe diferentes tarefas para instituições de muitos níveis e características. O primeiro elemento dessa estratégia diferenciada é propor ações claras e projetos partilhados por parte de algumas instituições universitárias de reconhecida relevância regional para começar com elas a estratégia de integração planejada. Em um segundo momento precisa-se a proposta de um outro conjunto de universidades entrando no grupo seminal dos programas de pré-graduação e graduação nos que tenham mais fortalezas. Na medida na que os processos alcancem as metas propostas, vão precisar seguir crescendo.

III] O papel dos jovens na sociedade do futuro

É preciso reconhecer que a pandemia aguçou problemas existentes e gerou complicações na saúde mental de muitos alunos que se incluíram nos problemas econômicos, sociais e culturais. Em esse sentido, os problemas psicológicos que mostraram podiam inserir-se no contexto mais grande de uma problemática social, econômica e cultural. Além, os cursos que obrigadamente se desenvolveram de maneira virtual, não necessariamente cumpriram com os requerimentos acadêmicos mínimos para ser aprovados. Esse fato, grandemente reconhecido em diversos estudos sobre o desempenho acadêmico na pandemia, assim do lado dos alunos como dos professores, produziu universitários que vão se formar com carencias profissionais importantes, o que vai complicar ainda mais sua inserção nos espaços de trabalho.

Por outro lado, a experiência do ensino a distância permitiu aos professores e alunos reconhecer as condições de marginalidade e falta de acesso aos meios de comunicação que afetavam o desempenho de numerosos jovens

universitários. A pandemia evidenciou a necessidade de trabalhar pela equidade e a inclusão na sociedade. Em esse sentido tem um valor formativo.

Sem dúvida os jovens que vão exercer como profissionais no futuro vão precisar de ser flexíveis e resilientes; terão de se atualizar ao longo da sua vida e ser criativos para construir seus próprios projetos e espaços de ação. Mas é igualmente importante que sejam solidários e socialmente responsáveis. A liderança que vão exercer terá mudanças sociais se é uma liderança coletiva e transformadora. Precisam ser capazes de promover e respeitar as lideranças próprias das comunidades com as que vão conviver e, além de impulsar a inovação tecnológica, precisam comprometer-se com a inovação social.

As pedagogias contemporâneas servem para esse propósito. A aprendizagem baseada em problemas, projetos e desafios propõe uma relação ativa com o conhecimento e reconhece o valor das perguntas; leva ao ensino dinâmicas próprias da pesquisa como a formulação de problemas, o trabalho em grupo, o uso do conhecimento anterior para produzir novo conhecimento, a análise coletiva dos resultados. A aprendizagem em colaboração reconhece que as interações entre alunos são importantes, que o trabalho em grupo permite aprender uns dos outros, aprender entre iguais. Forma-se no respeito pela diferença, na escuta atenta, na vontade de se comunicar, na importância de partilhar ideias e procurar consensos. A aprendizagem situada permite resgatar a experiência dos estudantes, conhecer o contexto e encarar seus problemas. Faz possível reconhecer a importância das interações com as comunidades e o enriquecimento pessoal que significa colaborar com elas na procura de soluções que melhorem suas condições de vida e de trabalho. Introduzir no currículo problemas do contexto precisa fortalecer a pesquisa sobre necessidades e potencialidades do entorno e ampliar no possível as tarefas de extensão ou vinculação que permitem conhecer esses problemas e propor soluções adequadas.

Essas propostas pedagógicas permitem harmonizar o ensino com a pesquisa e a vinculação de reconhecer o valor formativo das três funções missionais.

Também ajudam a reconhecer o valor do conhecimento para a vida e a descobrir no prazer da aprendizagem e de ajudar aos outros. Essa mudança pedagógica pode servir no propósito de formar cidadãos solidários e socialmente responsáveis.

Para avançar na formação é importante o trabalho dos professores reunidos nas comunidades da aprendizagem que refletem sobre as estratégias pedagógicas e os problemas do contexto, assim como da formação de grupos de estudantes que se reúnem para trabalhar em disciplinas ou temas especialmente difíceis com o apoio de iguais-tutores que podem ser professores ou alunos mais avançados.

A distância cultural e econômica que provoca situações de falta de equidade, exclusão e injustiça que exigem pensar na possibilidade de introduzir no currículo atividades acadêmicas orientadas a que todos os alunos desenvolvam competências como a leitura crítica, o exercício da argumentação, a formulação e resolução de problemas e o trabalho em colaboração. A formação integral precisa espaços para conhecer os contextos locais, regionais, nacionais e o contexto internacional, e para mostrar e debater em problemas relacionados com a urgência de cuidar o ambiente, fortalecer os laços sociais e trabalhar pela equidade, a justiça e a construção da nação a partir da diferença. Além de precisar espaços de encontro com a arte.

O bem-estar integral dos alunos, que mistura apoios acadêmicos e apoios econômicos para favorecer a inclusão, superar as desigualdades culturais de gênero e de condição social (indígenas, afro-descendentes, grupos humanos minoritários no geral) e incapacidade e garantir a permanência dos estudantes dos setores mais vulneráveis até sua formatura, precisa ser uma prioridade das instituições do ES em ALC, em especial das universidades públicas.

IV] Comunidades de aprendizagem para a vida toda

Nossa região tem incorporado em diferentes ordenamentos legais direitos dos povos originais e das comunidades afro-descendentes. No entanto, o

cumprimento do propósito fica longe de se tiver logrado. As universidades da América Latina e o Caribe têm de se propor explicitamente, como se reconheceu na Declaração da Conferência Regional do Ensino Superior (CRES) celebrada em Córdoba em 2018, incluir os direitos dos povos indígenas nas nossas cartas constituintes e se propor ativamente superar as desigualdades que as ferem.

É claro que a pandemia que temos vivido colocou em perspectiva com uma grande intensidade desafios imensos: a mudança climática, a brutal desigualdade, o desmantelamento do público. Encarar esses desafios, junto com outros que temos mencionado, precisa uma universidade diferente, que responda aos imperativos sociais aguçados pela pandemia, propondo uma igualdade substantiva. Essa universidade diferente terá de ser profundamente igualitária, reconhecendo que vivemos uma discriminação de gêneros absolutamente generalizada. A nova universidade vai precisar fundamentar-se em tarefas partilhadas entre os diferentes gêneros, equilibrando os pesos relativos em todos os níveis de governo através de ações afirmativas que garantam o equilíbrio.

É preciso encarar a tradição *epistemicida* com novos modelos de aprendizagem orientados a promover o diálogo inter-cultural e a responder aos interesses estratégicos dos nossos povos: reforçar a criação de universidades indígenas e inter-culturais e, ao mesmo tempo, lograr que as nossas universidades se transformem em universidades inter-culturais, plurais e incluintes e, é claro, diversas. Vamos propor encabeçar processos de construção de uma justiça epistemológica que, sustentadas nas matrizes indígenas, aproveitam conhecimentos a partir de pesquisas sobre as culturas tradicionais, incorporando as línguas indígenas em uma política lingüística plural; abrir espaços a populações vulneradas, que abrangam outros setores da sociedade, incluindo aos marginados pelas condições de classe. Em esse propósito, ao mesmo tempo que lutamos contra a cultura patriarcal que se mantém vigente em muitos espaços universitários, precisamos encarar com abertura os desafios da

população transgênero, a afro-descendente e, de importância crescente, os universitários da terceira idade.

Em essa missão, as universidades da América Latina e o Caribe podem contribuir em universidades centenárias a cultura da inclusão dos diversos setores da sociedad. Essa contribuição propõe a inclusão nem só como uma política para favorecer aos não incluídos, senão como uma maneira de fortalecer e enriquecer às próprias universidades. Com esse propósito, precisamos reconhecer e fazer o correspondente para contrapesar muitas universidades que se alinham com os interesses dos mercados, não com os das suas sociedades. Os currículos, por isso, precisam afastar-se da satisfação prioritária das necessidades profissionais, orientando-se a currículos transversais incluíntes em diversos âmbitos: inter-culturalmente, no respeito dos direitos humanos, na sustentabilidade ambiental e na procura de opções de organização social renovadas e incluíntes. Consequentemente, como apontamos antes, precisamos mudar o perfil dos graduados que propomos.

V] Mapa da rota da nova etapa do Ensino Superior

Para poder refletir o caminho pelo qual vai transitar o Ensino Superior nos próximos anos, temos de confirmar a noção de que o ES é um bem público e um direito social que precisa ser garantido pelo Estado. Consequentes com essa definição, insistimos que as universidades da América Latina y o Caribe têm de ser integrais, com um compromisso claro com a construção social, a criação da cidadania da América Latina em um marco global, comprometidas com os mais altos níveis do conhecimento humano.

A pandemia levou-nos a mudar a maneira de encarar os processos de ensino e aprendizagem, mas não alterou o nosso compromisso fundamental: a responsabilidade social à que respondemos desde nossos valores missionais. A nossa rota não é igual à de universidades em outras regiões. Para nós a prioridade central é a construção de comunidades nacionais justas, incluíntes e equitativas. Trata-se, por isso, de propor que precisa respeitar-se a diversidade,

as diferentes capacidades de resiliencia nacional, de maneira que sejamos capazes de contribuir ao fortalecimento das capacidades endógenas para encarar os enormes desafios presentes.

É claro que reconhecer diversas rotas para chegar ao que pudera ser uma meta común implica aceitar que o reconhecimento à qualidade das universidades tem de se entender em função dos distintos contextos. As universidades de hoje para se converter nas universidades do amanhã precisam aceitar que vêm o mundo de diversas maneiras, que incorporam distintas vozes e abrem espaços para uma melhor compreensão das diversidades. Nossa proposta, então, basea-se em aprender do que somos e propor o que queremos ser. Em esse sentido, postulamos que queremos pessoas graduadas que sejam construtoras da sociedade no mais grande sentido da expressão e nem só líderes empresariais. A universidade do futuro precisa construir-se como uma universidade focada na colaboração e a solidariedade. Os processos de ensino e aprendizagem, junto com os de pesquisa têm de se propor na mudança do social junto com a própria transformação das universidades.

A nossa rota vai através de espaços nos que é preciso construir programas acadêmicos, científicos e sociais que contribuam à integração nacional e regional. Programas que se foquem na criação de valores públicos desde as universidades, nos que importe o que as universidades possam contribuir para o bem común, para o bem-estar de todas e todos. Perante o interesse predominante de uma formação em valores privados, as universidades precisamos enfatizar os valores sociais, os de todas y todos. Ali, é claro, está o fortalecimento das estruturas democráticas e a reconstituição do tecido social fortemente diminuído por anos de predomínio de uma filosofia consumista e marcadamente individual.

As ferramentas didáticas das que se pode dispor, entre elas as digitais, precisam inserir-se em un modelo pedagógico que procure fazer crescer os bens partilhados e desenvolver as reflexões cooperativas que se adaptem ao propósito prioritário da criação social, dos valores sociais e dos bens comuns. Atualmente,

na América Latina e o Caribe não deve ser uma prioridade maximizar a rentabilidade, senão distribuir socialmente os ganhos produzidos na parte privada das nossas economias mixtas. Mais uma vez, para o cumprimento do propósito, a necessidade de que a internet seja um bem público, reconhecendo que sua criação resultou precisamente dos esforços públicos que, no entanto, tem sido aproveitados privadamente. É imperativo recuperar o que achamos um bem social, nomeandolo como bem público, quer dizer, um bem do qual possa dispor livremente a humanidade toda.

Em resumo, o que propomos é que a produção de conhecimento precisa estar ligada à construção de valores sociais e que seus resultados devem partilhar-se com todos os grupos sociais. Precisam servir à formação de novas lideranças cujo propósito foi o desenvolvimento social. Enfatizamos, pela mesma razão, o diálogo Sul-Sul e o Sul-Norte onde seja possível encarar juntos os desafios propostos, usando as tecnologias digitais para o serviço da equidade, a justiça e a democracia. En esse sentido, achamos em termos regionais, mas também nacionais e, desde essa perspectiva, vamos refletir sobre a globalização. O compromisso ao longo prazo das nossas universidades passa pela integração universitária da nossa região, junto con outras regiões que passam por complicações similares, construindo um futuro baseado na diversidade e não na homogeneidade.

2. A paisagem económica, social e educativa. A trajetória da UDUAL

Uma das crises mais graves desde o século XX tem alcançado à humanidade a partir de 2020. A pandemia de COVID-19 que, como apontamos, explodiu no meio de uma crise sistémica que já existia, tem afetado todo o planeta, pegando a vida de milhões de pessoas, também tem levado impactos econômicos, sociais e de saúde muito sérios, colocando na mesa as importantes debilidades das grandes potências mundiais e agravou a condição de vulnerabilidade à que estão sometidas milhões de pessoas em diferentes partes do planeta. No mundo em desenvolvimento, América Latina e o Caribe foi a região mais afetada pela crise provocada pelo COVID-19. Com uma trajetória de baixo crescimento nas

décadas anteriores à pandemia, ALC enfrentou, a partir de 2020, a pior crise económica dos últimos 120 años.

Da mesma forma como foi no resto do mundo, as Instituições de Ensino Superior (IES) em ALC mantiveram quase completamente fechadas suas portas durante muitos meses, o que teve sérias implicações para o ensino de pré e pós-graduação, para a pesquisa, a governança e para a relação das IES com a sociedade. Com diferenças entre países, o ensino se manteve de forma *ad hoc* através de plataformas digitais. Além, a volta devagar das atividades na modalidade virtual não ocorreu no mesmo ritmo, nem com o mesmo nível de qualidade nos países da região nem entre as IES de um mesmo país. Apesar da paisagem geral, cujas consequências de médio e longo prazo não têm certeza, é possível destacar o papel central do sistema universitário em ALC como importante suporte para encarar a contingência dramática, contribuindo conhecimento científico em diferentes áreas, o que permitiu mitigar o impacto negativo da Covid-19.

Os problemas históricos que afetavam o ES em ALC desde muito antes da pandemia foram ainda pior. Os índices de abandono do ES e a forte redução da matrícula, especialmente as relacionadas com os grupos sociais mais vulneráveis, são mostra das graves consequências, presentes e futuras, da crise de saúde, social e econômica causada pela pandemia e que pode ter impactos na região durante muitas décadas.

É verdade que a COVID-19 não faz distinção entre países, etnias, idades, sexo ou condição social, também é verdade que as consequências da pandemia afetam mais aos grupos de maior vulnerabilidade social. Como consequência, após de começar as aulas virtuais nos IES de ALC, miles de jovens não puderam continuar seus cursos universitários. As razões, ainda que diversas, têm a mesma explicação: a situação econômica do aluno e da sua família, elementos fundamentais para a continuidade dos estudos universitários em um contexto de caos global provocado pela pandemia. Em esse marco de desigualdade, estão também a resposta dos governos nos que a maioria dos casos resultaram

débiles para mitigar os efeitos da pandemia. O esforço das universidades da região para atacar o problema da distribuição dos dispositivos e da conectividade, a expansão dos sistemas de continuidade dos alunos, e mais outros, não tiveram um correlato sólido em outros âmbitos da política pública.

Como se falou anteriormente, é verdade que, no mundo todo o ES e seus diferentes instituições vão ser distintas quando comparamos os períodos pré-pandêmico e pós-pandêmico. Também é certo que as estratégias empregadas para solucionar os problemas não serão as mesmas devido a que as sociedades são diferentes e têm encarado as consequências da pandemia de formas distintas, ainda mais por fatores econômicos e políticos. Além, no respeito do ES não existe um caminho único para superar a crise, já que os processos educativos são plurais em termos de enfoque e paradigma e principalmente porque o ES acontece em sociedades concretas. No entanto, é preciso e urgente adotar medidas específicas dirigidas a regiões onde os indicadores de vulnerabilidade social eram graves e foram levados aos seus extremos pela pandemia.

Apesar da sua riqueza natural e o invaluable patrimônio cultural, ALC está frente sérios e distintos problemas como a constante destruição e exploração predadora dos recursos naturais da região; o alto nível de desigualdade social, em comparação com outras regiões do planeta; os altos índices de desemprego e o aumento do trabalho precário; o crescimento dos movimentos migratórios provocados pela privação extrema e a pobreza; o crescimento da fome; a prevalência do trabalho infantil e inclusive, em algumas regiões, a persistência do trabalho como escravo e das tendências políticas autoritárias. Em essa complexa paisagem social e económica, se opõem altos níveis de insegurança e a presença da criminalidade organizada, os problemas ligados à mudança climática, as crise política e a falta institucional que ajudam na permanência de injustiças estruturais, como a baixa representação das mulheres nos âmbitos de decisão.

No plano específico do ES, a ameaça à autonomia universitária é uma constante no cenário político. A pouca distribuição de recursos e as dificuldades para garantir o acesso no ES de qualidade à população toda persistem como rasgos de déficit na nossa região. Todo tem uma forte consequência no ES e nos seus baixos indicadores de índice de matrícula, número de pesquisas e publicações de alto impacto, número de doutores e de cursos de doutorado na região, assim como nos indicadores de tecnologia e inovação. Essas dificuldades que invariavelmente debilitam às universidades, as obrigam ir à lógica do mercado, procurando apoios em bancos para compensar orçamentos não entregados pelos governos. Precisamente na luta por superar as dificuldades, algumas IES tem olvidado que o ES é fundamental para a sociedade.

Por isso é conveniente lembrar as experiências de ALC nas diferentes lutas históricas pela autonomia e pelo impulso do reconhecimento do ES como um bem público, como um direito humano social e como responsabilidade dos Estados; batalhas nas que ganhou o reconhecimento da importância da universidade pública e da ampliação da matrícula. Esses valores da América Latina se afirmaram na CRES de 2008, celebrada em Cartagena de Índias, Colômbia, reunião preparatória para a Conferência Mundial do Ensino Superior que se realizou no ano seguinte e onde se confirmaram, na CRES 2018, realizada em Córdoba, Argentina, junto à celebração do centenário da gesta autonômica dos alunos cordoveses.

Essas conferências da América Latina e o Caribe têm servido para encarar tendências ideológicas, transformadas em decisões governamentais, que tem proposto a mercantilização do Ensino Superior, ligada em forma passiva aos requerimentos dos mercados de trabalho. Na nossa opinião, é preciso apontar em outra direção. O ES precisa ser capaz de se constituir como um âmbito capaz de começar a pesquisa endógena, conetada com o mundo, mas articulando agendas de pesquisa multi-culturais ancoradas nas necessidades dos nossos países. O ES precisa criar conhecimento acessível para a população toda, quebrando a lógica de mercado que impera; precisa generalizar o acesso ao

conhecimento avançado, evitando visões simplistas que localizam seu rol exclusivamente na formação de competências; precisa migrar conceptual e instrumentalmente de um paradigma do bem privado, cada vez mais generalizado, à reivindicação do ES como bem público capaz de começar o bem-estar geral e a equidade social.

É fundamental pensar mais longe, reinventar o ES atual sob os outros paradigmas para que as IES do futuro possam contribuir, de maneira ainda mais consistente, a garantir a conservação de todo tipo de vida no planeta e da sua própria existência. Além da formação profissional, as pesquisas produzidas nas IES, a gestão e a relação com a sociedade, precisam estar baseadas no bem público e social, na apropriação e defesa dos valores universais e na formação de cidadãos e cidadãs com visão e inquietudes locais, regionais e globais, cujas preocupações não se limitem a problemas individuais e locais, senão que se estendam aos problemas sociais da humanidade toda e do planeta inteiro.

A Conferência Mundial de Ensino Superior 2022 (WHEC2022), com o lema "Reformular os ideais e práticas do Ensino Superior para garantir o desenvolvimento sustentável do planeta e da humanidade", pode representar uma oportunidade na procura de um maior equilíbrio na qualidade e no acesso ao ES nos cinco continentes e nas suas diferentes regiões. Além, seria possível representar um valioso registro do importante papel do ES na sustentabilidade do planeta e da humanidade. Por isso, nossos pontos de vista, reflexões e propostas precisam ser incluídas e respeitar a diversidade econômica, social e humana. Só então realmente vai ser possível não deixar ninguém nem nenhuma região atrás.

A história do ES na América Latina e o Caribe tem sido marcada por inumeráveis conflitos com os governos e setores econômicos privilegiados. Sempre conviene lembrar que a gesta histórica dos estudantes cordoveses que em 1918 lograram que se reconhecesse a autonomia da sua universidade. Essa conquista rapidamente foi incorporada às reivindicações dos alunos de muitas universidades da América Latina que, em diferentes momentos, conseguiram

que os governos reconheceram a autonomia universitária. Apesar de esse reconhecimento governamental, expressado nos níveis constitucionais, os governos frequentemente tem intervenido para tentar impedir que os universitários participaram na defesa dos direitos sociais, apoiando reivindicações de grupos importantes de trabalhadores e grupos sociais vulneráveis.

Atualmente, esses valores de autonomia, pluralidade ideológica e exercício da crítica se têm consolidado nem só como direitos universitários, senão como direitos sociais. As contribuições que as universidades fazem na sociedade são valoradas e defendidas pelas comunidades. Em esse contexto, a UDUAL logrou, nos seus mais de 70 anos de história, convocar múltiplos esforços das comunidades de científicos e acadêmicos que através da criação de conhecimento novo, contribuem possíveis soluções aos problemas sociais das nossas comunidades.

Com esses propósitos, a UDUAL desenvolveu um amplo portfólio de projetos relacionados com a importância social do nosso trabalho acadêmico. O ensino virtual, a avaliação e aprovação da gestão da qualidade do Ensino Universitário; os temas relacionados com o cumprimento dos ODS; a vinculação baseada em uma prática dialógica com o entorno; os direitos das mulheres; das comunidades indígenas e da diversidade sexual; a difusão ampla da reflexão sobre os desafios do Ensino Superior na região, são exemplos dos pilares nos que a UDUAL começa sua existência e trabalho cotidiano.

Mas o esforço não conclui lá. A UDUAL, em conjunto com universidades, IES, grupos científico-gremiais regionais, redes temáticas, conselhos de reitores e muitos outros atores ligados, tem promovido valores seminais e pertinentes nas necessidades da região; mas também olha no futuro para que, em consonância com o que acontece no mundo, participe no desenho do futuro do ES atendendo precisamente aquilo que está acontecendo no mundo. Vamos promover os valores desenvolvidos ao longo das décadas, mas também a consciência do que o futuro pede.

3. Riscos a superar para encarar da melhor maneira o futuro do Ensino Superior na América Latina e o Caribe

Nas últimas décadas foi possível distinguir, no nível regional, as tendências preocupantes que se somaram aos efeitos que a pandemia tem provocado no Ensino Superior na América Latina e o Caribe. Entre eles destaca-se o impacto do modelo de produção no ES da região; a crise da Autonomia Universitária; o clima de insegurança e violação de Direitos Humanos e Sociais; a estratificação do Ensino Superior; as diferenças de qualidade e de desenvolvimento entre os IES da América Latina e o Caribe; e o conceito do Ensino Superior como serviço comercial.

I] O impacto do modelo de produção no ES da região

Em ALC se tem implementado diversos modelos de desenvolvimento econômico que coincidem, quase em todos os casos, em uma lamentável condição: seu impacto negativo na natureza. Durante décadas, em toda a região e todos os setores das atividades produtivas, se têm feito práticas que afetam o equilíbrio dos ecossistemas, alteram o clima, devastam grandes zonas em dano de comunidades humanas e arriscam a biodiversidade.

Além, está afetando-se a saúde das populações pelo impacto da poluição do ar, da água e da terra, estão gerando-se sequias e inundações, ao tempo que se produz uma elevação na temperatura das águas oceânicas, dos polos e das cidades, o que traz a multiplicação de furacões que ferem gravemente às nações do subcontinente.

Apesar do intensivo do modelo econômico, não se tem logrado traduzir em uma melhora substancial na produção de empregos, nem no bem-estar e prosperidade coletivas, já que só beneficiaram-se setores muito limitados das sociedades. Em ALC existe una escasez de investimento e emprego digno, de paga que garanta uma vida digna aos trabalhadores e suas famílias, e a proximidade entre grupos sociais.

Todo isso afeta o Ensino Superior de ALC e se manifesta nas baixas taxas de matrícula em muitos países da região e nos altos índices de abandono, especialmente após a pandemia. É claro que a desigualdade social presente na região manifesta-se em todos seus matizes nas IES.

Se a vigência de modelos de desenvolvimento que não considerem a sustentabilidade e equidade continuar, a região vai seguir comprometendo seu presente e seu futuro. Assim como também, se não se desenham modelos de desenvolvimento capazes de estimular a inversão produtiva, social e ambientalmente responsável, vamos caminhar a situações de devastação ambiental, pobreza extrema, polarização social, maiores migrações e um ambiente de insegurança. De igual forma, vão reduzir-se as expectativas de bem-estar dos jovens, que acham no ES a oportunidade de ingressar a um espaço de trabalho dinâmico, competitivo, formativo e desafiante.

II] A crise da Autonomia Universitária

Um dos valores mais prezados pelas universidades em ALC é a autonomia, uma graça que implicou lutas em toda a região, que custaram vidas e a liberdade de estudantes, acadêmicos e líderes universitários em diversas nações. A história tem mais de um século e, apesar do reconhecimento das constituições de todos os países do subcontinente a favor da autonomia, na atualidade continuam sofrendo ataques intermitentes sobre ela.

Essa característica consubstancial das universidades é fortemente defendida, pois é a forma de exercer a liberdade de ensino e gestão, de desenvolver a informação, a pesquisa e a difusão da cultura sem dogmas que desviem o curso natural da geração de conhecimento científico e humanístico. No entanto, cada vez são mais as IES autônomas que são ameaçadas pelos governos nacionais ou subnacionais, tanto desde o Poder Executivo como desde o Legislativo e por setores econômica e politicamente poderosos que tentam entrar, de diversas maneiras, nas universidades. Os exemplos são muitos e crescentes: recortes no orçamento; condicionamento para a entrega de dinheiro; imposição de reitores e funcionários de alto nível; invasão de instalações, legislações locais aprovadas

de costas às comunidades universitárias; auditorias e exercícios de fiscalização recorrentes e frequentemente fora do marco normativo, a imposição de modelos educativos.

A situação provoca incertidão nas IES expostas ao movimento dos signos políticos, as ideologias de turno ou os modelos econômicos do momento, limitando suas capacidades e distraíndo seus esforços em ações de defesa perante os atropelos e ameaças que, se continuar nas universidades em ALC, estaria gestando-se um clima de desconfiança das suas comunidades às autoridades, o que inibiria o planejamento e pararia os esforços por ampliar a cobertura, elevar a qualidade, garantir a equidade, impulsar a internacionalização e outras missões substantivas. As limitações vão arriscar o ânimo do futuro, pois à incertidão gerada pela pandemia vai se incluir à do acoso permanente por parte dos governos.

III] Clima de insegurança e transgressão de Direitos Humanos e Sociais

Outro problema que afeta ALC são os altos índices de insegurança. O do crime é um dos mais altos do planeta, pois das 50 cidades mais violentas do mundo, 42 são da nossa região. Isso explica-se pela presença de organizações de crime que cada vez expandem-se mais e que têm gerado insegurança sem parar e que se alimenta, além, da desigualdade e a falta de equidade. Por outro lado, se registram altos índices de corrupção e impunidade a partir de sérias debilidades nas instituições. Esse fenómeno é muito desgastante para toda a sociedade e mais ainda quando a grande maioria das vítimas ou vitimários são jovens que poderiam estar realizando estudos universitários.

Em esse contexto também observa-se uma crescente transgressão aos Direitos Humanos (DD.HH.): diversos grupos vulneráveis são vítimas de abuso ou negligência das autoridades, das agências encarregadas de impartir justiça e/ou das instituições responsáveis de procurar sua vigência. Muitos são os setores que sofrem a situação: pessoas ou grupos de migrantes, meninas, meninos e adolescentes, mulheres de todas as idades, adultos da terceira idade, comunidade LGBT+, grupos indígenas ou afro-descendentes e pessoas com

alguma discapacidade ou em situação de escasez. Além, o número de pessoas que estão em situações de vulnerabilidade social na região é preocupante e segue aumentando. Os direitos sociais básicos como a alimentação, a saúde, o ensino, a casa com infraestrutura básica, a segurança e o emprego estão longe de garantir o acesso à maioria das famílias de ALC.

Se o clima de insegurança em ALC não para, as aspirações das e dos estudantes da América Latina e o Caribe impactar-se-ão negativamente. Para reverter as tendências de insegurança e violência uma das estratégias mais efetivas é a educação, onde o ES tem um papel determinante por ser o espaço no qual se forma integralmente às e aos cidadãos e profissionais que estão dotados de princípios e valores que os afastam das adições, a violência, a corrupção e o crime. Quando se têm profissionais formados integralmente, com as aptidões necessárias para o trabalho de qualidade e as atitudes e valores do bom cidadão, o tecido social vai se ver fortalecido e a população vai ficar apta para exigir a vigência e o respeito de todos seus direitos.

IV] Estratificação do Ensino Superior

A estratificação social acontece pela existência das desigualdades sociais que, na sua vez, são resultado de padrões históricos presentes na estrutura social que estabelecem desigualdades e exclusões no acesso a recompensas materiais ou simbólicas. Trata-se de uma diferenciação social que produz uma hierarquização que implica uma distribuição não equitativa de recursos e de posicionamento social e político. A estratificação pode se reconhecer no Ensino Superior da América Latina e o Caribe, na comparação das IES no interior de cada um dos diferentes países, assim como a comparação entre países.

Na estratificação global no ES podem-se distinguir três aspectos: o primeiro no interior de cada sistema nacional de ES. Em muitos países a regulação fomenta a competência por estudantes e recursos entre as IES. Em todos os sistemas existe competência por prestígio e recursos para a pesquisa. No entanto, a intensidade da competência é variável, produzindo uma polarização entre as IES de elite e as IES de ensino em massa dentro dos sistemas.

O segundo aspecto é a estratificação dentro dos sistemas globais no ES e na pesquisa universitária. Esses sistemas globais incluem o intercâmbio mundial particular dos resultados da pesquisa dos universitários e a aceitação de que a publicação científica precisa ser em inglês; comparações globais e rankings universitários; um mercado comercial da educação trans-fronteiras que inclua alguns países; consórcios globais e outras redes universitárias em trans-fronteiras; e os protocolos entrelaçados para o reconhecimento das IES, pessoas e qualificações.

O terceiro aspecto deriva-se das relações entre fronteiras e sistemas nacionais separados, mas cada vez mais frágeis. Os fluxos globais de mensagens, ideias, modelos organizativos, pessoas e dinheiro, incluída a imitação entre fronteiras, têm um papel considerável no ES e na pesquisa. Assim como nos sistemas globais, os fluxos entre fronteiras fomentam a evolução paralela e a convergência entre os sistemas nacionais a nível mundial. Os processos resultantes da homogeneização global não são culturalmente neutrais. Correspondem a um modelo dominante do ES, normalizado pelas ferramentas de classificação global e exemplificado por um pequeno grupo de universidades anglo-americanas líderes científicas.

Seguindo o anterior, é possível apontar os riscos no âmbito do interior dos sistemas das IES da região da América Latina e o Caribe. Devido à situação da desigualdade estrutural que se tem assinalado, se faz previsível que, ao interior de cada país da Região, seja evidente a diferença entre universidades em massa e universidades de elite. Isso implica a reprodução das diferenças sociais existentes entre os diferentes estratos, que acedem a um ou outro tipo de universidade. Às universidades em massas, no geral, vão jovens que pertencem às primeiras gerações de suas respectivas famílias em acessar ao ES. Às de elite, jovens que pertencem a famílias hegemônicas dos seus respectivos países.

Por outro lado, se têm apontado as diferenças existentes em matéria de ES entre países que ocupam as posições de influência, segundo os rankings mundiais

universitários e os países da região da América Latina e o Caribe. Em esses rankings esquecem-se das condições estruturais históricas que distinguem uns países dos outros. Trata-se de uma lógica imposta desde os países avançados e que responde à etapa de globalização do desenvolvimento do capitalismo.

Além, é importante considerar a aguçãõ dos fenômenos de estratificação nacional, regional e global, gerados pela crise econômica provocada pela pandemia da COVID 19, e suas consequências sociais, de desemprego e pobreza.

V] Diferenças de qualidade e desenvolvimento entre as IES da América Latina e o Caribe.

Em relação direta com a estratificação das IES dentro da região da América Latina e o Caribe, encontramos grandes diferenças de qualidade e desenvolvimento ao interior dos diferentes países. Entanto alguns encontram-se nos primeiros sítios dos rankings internacionais e destacam por seus níveis de ensino, por suas pós-graduações e seus resultados na pesquisa, outros apresentam falhas em situações, apresentam faltas na formação e competências dos seus trabalhadores acadêmicos, na escassa pertinência da sua proposta formativa da pré e pós-graduação ou na sua irrelevância em matéria de I+D+i.

Essas situações de falta são ainda mais extremas nos países da região que não têm sistemas integrados de garantia de qualidade do ES a nível nacional ou federal. As diferenças de qualidade e desenvolvimento entre as IES na região, se continuar, vão influir na reprodução das situações de desigualdade existentes. Muitas entidades, por se mesmas, não vão poder desenvolver-se institucionalmente de acordo às necessidades do país, o que vai continuar como faltas na qualidade na formação dos seus profissionais, em debilidades ou carências na obtenção de conhecimento avançado ao interior dos seus respectivos países e na ausência da transferência tecnológica e a extensão às comunidades e aos cidadãos dos seus respectivos países. Mais ainda, os poucos pós-graduados, especialmente doutoras e doutores, por não ter um

ecossistema acadêmico adequado com os incentivos necessários, vão terminar atraídos por universidades de países ricos, onde vão ter espaços de desenvolvimento acadêmico e de remuneração mais atraentes.

A “fuga de cérebros” e o apontado anteriormente em relação ao déficit de qualidade em muitas IES da região, continua a perpetuação das situações de pobreza ao interior de cada país e na região no seu conjunto, e ainda mais, na perpetuação de situações de subdesenvolvimento.

VI) O Ensino Superior como serviço comercial

É preciso manter a atenção sobre a existência dos interesses ao redor do mercado global de Ensino Superior, expressadas nas pressões da OMC para aprovar a noção do Ensino Superior que se reconhece como serviço comercial. Essa ameaça tem sido apontada na CRES 2008 de Cartagena de Índias e na de 2018 em Córdoba.

4. Propostas

Sobre a base dos elementos diagnósticos resenhados e considerando a visão da América Latina e o Caribe em matéria de Ensino Superior, a UDUAL faz as seguintes propostas para contribuir à melhora da situação atual do Ensino Superior na região da América Latina e o Caribe, tentando uma maior qualidade, igualdade, inclusão e produtividade em virtude do desenvolvimento.

As nossas propostas para os governos são:

1. Os governos precisam garantir a possibilidade de acessar e a gratuidade da conectividade de todos/as os/as alunos e professores das universidades.
2. A política de Ensino Superior precisa ser desde o Estado, que garanta às universidades permanentemente o orçamento que necessita, tentando não depender da vontade dos governos.
3. É preciso propor aos governos a garantia de orçamentos plurianuais que ofereçam certeza no mediano prazo às IES.

4. É preciso oferecer incentivos financeiros às IES segundo seus avanços em qualidade acadêmica, cobertura, equidade e ações do impacto social que tenham os recursos para a pesquisa relacionada com os ODS.
5. É preciso impulsar iniciativas para que os Estados destinem recursos à pesquisa que se desenvolve nas IES.
6. É indispensável o fomento à Cooperação Internacional intra-América Latina e o Caribe con outras regiões do mundo, para fortalecer sinergias que permitam alcançar melhores resultados no campo da tecnologia e a inovação.
7. É preciso criar iniciativas inter-governamentais a favor da melhora da qualidade do Ensino Superior.
8. É importante estimular a produção de informação e conhecimento de alta qualidade que esteja de acordo com as necessidades das regiões menos desenvolvidas, que ofereça respostas aos ingentes problemas sociais como a pobreza e a desigualdade e que sejam úteis para o avanço das sociedades nas que se produz, contribuindo no seu bem-estar.
9. É preciso gerar programas nacionais e regionais de pesquisa no marco das redes que sustentam a produção de conhecimento em áreas críticas para o bem-estar presente e futuro das nossas sociedades.
10. No marco de organismos de integração e cooperação que existem na região, criar uma agência para o desenvolvimento do Ensino Superior e sua vinculação com a sociedade. Essa agência estaria pagada pelos governos da região e governada tripartitamente pelos governos, as IES e os organismos sociais.

Nossas propostas para as universidades são:

11. As universidades precisam impulsar que a tecnologia para a aprendizagem e o conhecimento se considere um aliado do processo formativo,

evitando a imposição de modelos governados por plataformas electrónicas, sem perder o foco dos aspetos sociais da formação.

12. O ES em ALC precisa integrar conteúdos relacionados com os ODS no currículo universitário e incentivar que las próprias IES desenvolvam ações vinculadas aos ODS.

13. É preciso fomentar a pesquisa universitária em temas relacionados aos ODS.

14. É importante criar estratégias sólidas e incluintes que favoreçam a mobilidade acadêmica intra-regional e entre regiões.

15. Os conhecimentos contribuídos pela tecnologia e a inovação precisam ser empregados para ampliar a colaboração e a cooperação internacional.

16. É preciso criar mecanismos para aumentar a matrícula de pessoas com necessidades educativas especiais que garantam uma adequada inclusão das pessoas em todas as dimensões do Ensino Superior.

17. É importante apoiar às regiões com maiores necessidades para a inclusão ao Ensino superior de mais mulheres, indígenas, afro-descendentes e outros grupos vulnerados, de maneira que ninguém fique atrás e nenhuma região resulte discriminada ou excluída.

18. É preciso atualizar o conceito de qualidade no ES para analisar adequadamente o impacto social das universidades e os novos desenvolvimentos gerados pela educação não presencial.

19. É urgente fazer esquemas de trabalho inter-universitário que avaliem avanços bianuais e impulem o fechamento da distância entre programas, instituições, nações e regiões.

20. É importante defender a Autonomia Universitária desde órgãos internacionais.

21. É preciso priorizar a geração de conhecimento socialmente útil que escute problemas como a pobreza, a atenção em saúde, a discriminação e a desigualdade.
22. Junto a uma aprendizagem moderna, desde o ponto de vista científico e tecnológico, é chave impulsar uma formação para o futuro, que considere os valores universais de empatia, respeito pela diferença, solidariedade e cooperação, que eduque no cuidado de se mesmo, do outro e do médio ambiente e reforce as postulações da educação para os cidadãos mundiais.
23. É importante valorar e ampliar os trabalhos em redes e entre redes de IES e pesquisa para avançar na cooperação internacional.
24. É preciso incentivar as ações que possibilitam oportunidades de acesso ao Ensino Superior dos migrantes e refugiados.